

Brasília-DF, 4 de janeiro de 2012

Auditoria Cidadã da Dívida: Gasto com servidor cai

O economista Rodrigo Ávila, da Auditoria Cidadã da Dívida, afirmou que, embora alguns setores, dentro e fora do governo, aleguem que os gastos com servidores inativos e pensionistas estariam em disparada e fora de controle, os dados do próprio Boletim Estatístico de Pessoal - Ministério do Planejamento, apontam para uma realidade bem diferente.

"(Segundo o boletim), de 1995 a 2010, os gastos com pessoal - ativo e inativo - caíram de 56,2% para 33,3% da receita corrente líquida da União. E, segundo o próprio projeto de lei orçamentária para 2012, encaminhado ao Congresso pelo Executivo, tais gastos estão caindo de 4,89% do PIB em 2009 para 4,15% em 2012", salienta.

Ávila cita os números para questionar a criação do fundo de pensão dos servidores públicos (Funpresp), cuja votação, prevista para esta quarta-feira, foi adiada para fevereiro. Isso ocorreu após o recuo do governo, que aceitou elevar de 7,5% para 8,5% sua cota de contribuição sobre a parcela da remuneração que exceder o teto do INSS (R\$ 3,691,74).

"Ao mesmo tempo, os gastos com a dívida estão estimados em 22,37% do PIB ano que vem. Ou seja, mais que o quádruplo dos gastos com servidores", compara Ávila.

Além do aumento da alíquota para 8,5%, o governo decidiu aceitar a criação de três fundos de previdência para atender Legislativo, Judiciário e Executivo. A proposta inicial era ter apenas um para todos os três poderes.

Já o diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias de São Paulo (Decomtec/Fiesp), José Ricardo Roriz Coelho, revela que, de tudo o que se arrecada no país, 15,8% vão para o pagamento de juros. Isso representa 5,3% do PIB.

"Só este ano, por volta de R\$ 237 bilhões serão gastos no pagamento de juros da dívida pública federal", afirmou o diretor da federação.

**Fonte: DIAP - MONITOR MERCANTIL*

Funcionários públicos já podem escolher banco para receber salários

Os servidores públicos já podem escolher, a partir de segunda-feira (2), o banco para receber o salário. Os trabalhadores da iniciativa privada já contam com a medida desde 2009

A conta-salário tem isenção de uma série de tarifas bancárias. Na prática, o empregador continua pagando os vencimentos no mesmo banco, mas o empregado pode transferir todo o seu salário para uma nova conta sem custos para isso.

Para que o trabalhador transfira o salário é necessário que seja feita a indicação por escrito ao banco, que é obrigado a aceitar a ordem em até cinco dias úteis.

O valor deve ser transferido para a instituição financeira escolhida no mesmo dia do crédito do salário, até as 12 horas.

A instituição que processa o maior número de folhas de pagamento de servidores públicos no País é o Banco do Brasil (BB).

Segundo o diretor do BB, Sérgio Nazaré, são 1,516 milhão de servidores federais, o que representa 71% dos pagamentos a esses trabalhadores. No caso dos servidores estaduais, são 3,104 milhões (59%), e dos municipais, o número chega a 2,058 milhões (27%).

**Fonte: AGÊNCIA BRASIL*

2012: Brasil campeão!

“Já no segundo dia do ano, mais um escândalo no governo Dilma: o ministro da Integração Nacional destinou 90% das verbas do seu “feudo” para o seu estado natal, onde ele provavelmente será candidato a prefeito! Isso é eficiência da gestão governamental? O nome do ministério seria uma ironia?”

Para o Brasil, 2011 terminou com um gostinho de contradição: o PIB nacional “ultrapassou” o da Inglaterra, antiga potência colonial! Nossos governantes celebraram o fato, como se vitória fosse deles, e não o resultado inevitável da comparação entre o tamanho do território e da população do Brasil com os do Reino Unido, e como se o simples aumento do PIB indicasse melhoria nas condições de vida do povo. Seria tão bom se em 2012 deixássemos de lado esse ilusionismo!

O outro lado da moeda pode ser simbolizado pela humilhante derrota do Santos para o Barcelona, no futebol, sem que qualquer dos nossos governantes indagasse, em público, sobre como reverter a persistente derrocada nosso país nas comparações internacionais do esporte! Parece que eles ainda acreditam que sediar a Copa do Mundo da Fifa trará o “desenvolvimento”! Mais ilusão, que deveríamos descartar o quanto antes!

Nesse sentido, 2012 será igual a 2011: teremos vitórias e derrotas, o que sem dúvida é a mais prudente das previsões, sem chance de erro! Teremos também políticos, empresários, sindicalistas, acadêmicos e outros dizendo asneiras, sem serem questionados, outra previsão com 100% de chance de acerto!

Já no segundo dia do ano, mais um escândalo no governo Dilma: o ministro da Integração Nacional destinou 90% das verbas do seu “feudo” para o seu estado natal, onde ele provavelmente será candidato a prefeito! Isso é eficiência da gestão governamental? O nome do ministério seria uma ironia? Mas, como noutros escândalos, parece que não haverá providências governamentais para corrigir o descalabro, cada vez mais tido como “normal”!

Por falar em escândalos, outra previsão fácil de acertar, ouvida recentemente no rádio: em 2012, dificilmente teremos tantos ministros defenestrados por indícios fortíssimos de corrupção, como no ano recorde de 2011! Afinal, não é todos os dias que se supera um recorde!

Também nos jornais, no início do ano, outro escândalo: o presidente da Cia Docas de São Paulo anuncia com orgulho, e sem qualquer indício de preocupação, que o porto de Santos vai dobrar a capacidade até 2013, tornando-se capaz de movimentar tantos containeres quanto todos os demais portos brasileiros, juntos!

Viva, viva: nesse ritmo, para onde vai o Brasil? Para quê concentrar ainda mais movimento numa das regiões mais congestionadas do Planeta? Com um território do tamanho do nosso, não seria melhor distribuir essa atividade de forma mais equilibrada? Mas, quais medidas, quais dos nossos governos, atuais e passados, já tomaram com esse objetivo? Com essa perspectiva, haverá chance de serem reduzidos os congestionamentos em São Paulo e região?

Se ultrapassamos a Inglaterra em PIB, como estaremos, comparados àquele país, com relação à produção de tecnologias, à emissão de gases de efeito estufa e à educação, para não alongarmos a lista? Emitimos 57% GEE a mais que eles, no total, embora cerca de metade, em termos per capita. Se calcularmos com base na intensidade de GEE por unidade de PIB, a Inglaterra é pouco mais “suja” que o Brasil, este na 132ª posição e aquele na 121ª, na ordem geral das nações.

Na educação, a nossa tragédia se apresenta mesmo sem que se mostrem dados detalhados. Basta um, aliás. Como se sabe, há anos foi aprovada a instituição do piso salarial nacional para os professores. A ideia era valorizar a carreira, restituir a posição de destaque que professores já tiveram em nosso país, e assim melhorar a qualidade da educação. Sabemos que o piso não foi implantado, em muitos estados, sob alegações as mais diversas, até mesmo a de que não há dinheiro, pois estádios estão sendo construídos para sediar a Copa! Agora, nova notícia na imprensa, já em 2012: o ministro da Educação, hoje mais candidato a prefeito que a melhorar a educação, proporá, em breve, a elevação do valor do teto!

A proposta faz lembrar conselho de José Maria de Alkmin, lendário político falecido há muitos anos, então ministro da Fazenda, a um governador que pedia ajuda para pagar os vencimentos, em atraso, dos funcionários públicos: “Anuncie um aumento geral de salários pois, se é para não pagar, não há problema em se elevar os salários, sem limites”!

Pois é, leitores, feliz 2012 para todos, menos para aqueles que iludem a nossa boa fé e dissipam o dinheiro dos nossos impostos.

**Fonte: EDUARDO FERNANDEZ - CONGRESSO EM FOCO*

INSS vai monitorar acidentes para processar motoristas infratores

Por meio dos dados do DPVAT, Previdência Social poderá achar responsáveis por criar novas pensões ou auxílios e pedir indenização

INSS vai firmar até fevereiro um convênio com a Seguradora Líder, responsável pelo seguro obrigatório de automóveis (DPVAT), para ter acesso a informações sobre acidentes de trânsito em todo o País.

A meta é monitorar casos em que existam motoristas infratores e seja possível processar o responsável por mortes ou invalidez para, assim, ressarcir os cofres públicos que pagam pensões ou auxílios em consequência desses atos.

Leia também: [Governo vai à Justiça para que motorista bêbado pague despesas com pensões](#)

A iniciativa é um desdobramento da primeira [ação regressiva do INSS contra um motorista, anunciada em novembro](#). O caso específico envolve um motorista do Distrito Federal que estava embriagado e dirigia perigosamente quando causou a morte de cinco pessoas. Ele é chamado a repor mais de R\$ 90 mil à Previdência Social. Esse motorista, porém, ainda não foi notificado do processo.

Segundo Alessandro Stefanutto, procurador-chefe do INSS, a intenção da Previdência Social não é arrecadar mais com as ações. “Nosso interesse maior é didático. Quando a pessoa for beber e dirigir, ela vai pensar mais no que pode acarretar, como um processo com perda financeira que pode ter.”

Não haverá "caça às bruxas"

O governo estima um custo anual de R\$ 8 bilhões ao INSS no pagamento de pensões e auxílios decorrentes de acidentes no trânsito. Mas a Procuradoria da Previdência destaca, porém, que nem todos os acidentes têm um “culpado” e que não haverá “caça às bruxas”, ou seja, só será processado o envolvido se houver indícios e denúncias relevantes de imprudência no trânsito – e, claro, se disso decorrer o pagamento de pensão ou auxílio pelo INSS.

Mesmo que o infrator não tenha recursos suficientes para compensar o INSS por suas ações, o governo pode causar constrangimento a essa pessoa, explica Stefanutto, como incluí-la nos cadastros de devedores. “Podemos até conseguir, na Justiça, receber diretamente da sua fonte de renda, para que seja lembrado todos os meses sobre o ocorrido e sobre o que causou.”

Stefanutto esclarece que o processo motivado pelo INSS não tem correlação direta com eventual ação civil ou penal que o envolvido no acidente responder. Ele destaca que um dependente de alguém que tenha falecido em acidente motivado por um infrator pode também acioná-lo na Justiça comum, em busca de indenização da mesma forma.

Procurada, a seguradora Líder respondeu ao iG que o escopo da parceria com o INSS está em definição e por isso prefere não se manifestar ainda.

Procuradorias Estaduais também serão acionadas

Além do acesso a informações do DPVAT, o INSS quer também estabelecer um contato mais próximo com os Ministérios Públicos Estaduais, para que ofereçam denúncias de imprudência no trânsito com vítimas.

Contatos já foram feitos pela Procuradoria do INSS com MPEs de Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. A meta é estabelecer convênios também com esses órgãos para ter acesso a informações e todos os MPs Estaduais devem ser procurados para isso.

**Fonte: IG BRASÍLIA*

Polícia Federal briga para ter garantias iguais às dos juízes

Agentes querem vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos. Sem isso, segundo eles, órgão fica enfraquecido no combate à corrupção

Os delegados da Polícia Federal (PF) se mobilizam para alcançar, por meio de emendas à Constituição, garantias concedidas aos magistrados. Eles querem vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, sob argumento central de que são carreira jurídica na estrutura do Estado e que, sem isso, ficam enfraquecidos no combate à corrupção e ao crime organizado.

"É comum a interferência de outros poderes e mesmo da máquina governamental nos procedimentos conduzidos por delegados federais", denuncia Amaury Portugal, presidente do Sindicato dos Delegados da PF em São Paulo.

A estratégia dos delegados abrange intenso corpo a corpo em 2012 na Câmara e no Senado, onde já tramitam propostas para alterações do texto constitucional pertinentes às suas funções. Eles querem o apoio do próprio governo. Na noite de 16 de dezembro, durante jantar da categoria em São Paulo, o ministro José Eduardo Martins Cardozo (Justiça) foi homenageado com o troféu Mérito da Polícia Federal e ouviu reiterados apelos dos delegados. O ministro, ao qual a PF é subordinada, enalteceu a classe e se disse sensível à causa.

Portugal afirma que as garantias pleiteadas poderão evitar perseguições políticas no curso de inquéritos sensíveis, que envolvam aliados da administração. "São comuns remoções, instauração de procedimentos disciplinares e críticas públicas à atuação da PF. A medida administrativa retira o poder do delegado de continuar presidindo o inquérito ou investigação."

"A independência funcional é fundamental para o combate aos desvios de recursos do Tesouro", acredita. "As operações da PF envolvem não raramente altas autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário. O delegado deve ficar livre de pressões."

Se conquistarem a vitaliciedade, os delegados da PF só poderão perder o cargo mediante sentença judicial transitada em julgado. A inamovibilidade estará assegurada, salvo por motivo de interesse público justificado. "É hora de as instituições se unirem para o bem comum e transformarem nosso País em um Brasil limpo", prega Portugal.

Pressão

Uma PEC, do senador Humberto Costa (PT-PE), modifica o artigo 144 e determina que o diretor-geral tenha a designação de delegado-geral da PF, escolhido entre os de classe especial da instituição, com mais de 35 anos de idade. Para os delegados, isso evitaria que o comando fique nas mãos de quadros estranhos à PF, como ocorreu no regime militar - coronéis e generais de Exército assumiram o posto.

Os policiais indicam outras consequências se suas aspirações forem acatadas: ficam livres do controle externo do Ministério Público e, como carreira jurídica, seu subsídio deve obedecer a porcentuais que o elevam a cerca de 95% dos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

"Essas PECs vêm sendo objeto de permanente pressão", diz Marcos Leôncio Sousa Ribeiro, da Associação dos Delegados da PF, em Brasília. "O argumento que o governo sempre utiliza é o receio de aumento de custos e despesas com efeito cascata. Estamos apresentando propostas que não trazem impacto orçamentário e financeiro. O discurso do governo é vazio. Não queremos transformar a PF em um segundo Ministério Público."

"Tudo isso esconde uma discussão maior", ressalta. "Que Polícia Federal o Brasil quer? Por que a PF tem que atravessar todas essas dificuldades? Por que deve ser tímida, subjugada?" As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

*Fonte: *AGÊNCIA ESTADO*

Eleições embalam movimentos anticorrupção em 2012

Responsáveis por manifestações realizadas ano passado preparam ofensiva na internet contra candidatos com problemas na Justiça

As eleições municipais serão o principal combustível em 2012 para os movimentos que levaram milhares de pessoas às ruas em 2011 para protestar contra a corrupção. De olho [no julgamento do Supremo Tribunal Federal \(STF\) sobre a validade da Lei da Ficha Limpa](#) para estas eleições, os organizadores desses atos preparam uma ofensiva na internet contra candidatos a prefeito e vereador envolvidos em denúncias e com problemas na Justiça.

Mesmo sem uma pauta definida de mobilização nas ruas, os ativistas apostam na propagação de aplicativos, redes sociais e sites com informações consolidadas sobre os candidatos. A ideia é, independentemente do resultado do julgamento do Supremo, dificultar a vida de quem tem histórico pouco recomendável para ocupar cargos públicos.

Um dos coordenadores do Movimento de Combate à Corrupção (MCC), Rodrigo Montezuma aposta na organização virtual para dar continuidade às ações do grupo. "As passeatas em massa serão planejadas com outros grupos para que a mobilização seja interessante. Não adianta ir com pouca gente para não desmobilizar. Estamos nos unindo pela internet e criando grupos de interesses comuns. Isso é muito fácil de se fazer hoje em dia", afirma. O MCC foi responsável pelas manifestações que reuniram [cerca de 30 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios](#), no dia 7 de setembro, e [outras 13 mil](#), em 12 de outubro.

Para o cientista político Lúcio Rennó, a internet terá papel fundamental nas grandes cidades, em que os meios de comunicação já estão consolidados. O professor da UnB acredita que o corpo a corpo ainda será mais importante na hora de conquistar o voto nos municípios menores. "Provavelmente, não será um movimento nacional, pois o debate será regionalizado. Por isso, é difícil prever se haverá desmobilização, mas o debate sobre o combate à corrupção continua em evidência", diz.

Para Jorge Donizeti Sanchez, presidente executivo da Amarribo, entidade de coalizão contra a corrupção criada em Ribeirão Bonito (SP), os brasileiros têm de encarar as eleições como uma oportunidade de exigir candidatos ficha limpa e realizar mais marchas em prol das reivindicações comuns.

Muito barulho

“Embora as marchas tenham dado uma relaxada no fim do ano, acho que os movimentos ainda podem ser ampliados. Poderemos ter limitações por causa das eleições, mas acho também que temos grandes oportunidades nisso. Vamos aproveitar para fazer muito barulho para que a sociedade enxergue o histórico do candidato. E é aí que a internet entra, já que podemos organizar e divulgar essas informações”, afirma Sanchez.

Na avaliação do presidente da Amarribo, o resultado do julgamento da Ficha Limpa e a reforma ministerial a ser anunciada pela presidenta Dilma também precipitar novas mobilizações. “Vamos ver se a presidenta vai escolher técnicos que possam realizar bons trabalhos, ou se vai seguir a cartilha política dos partidos”, declara.

A intensa mobilização prevista para a rede não significa que as pessoas deixarão de sair às ruas, ressalta Rodrigo Montezuma. Apesar de ainda não ter agenda definida para o ano, os organizadores do Movimento de Combate à Corrupção querem repetir em 7 de setembro o sucesso da mobilização do ano passado, quando aproximadamente 30 mil pessoas ocuparam a Esplanada dos Ministérios em protesto contra a corrupção, a absolvição da deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) na Câmara e a falta de transparência nas decisões do Legislativo.

“Ao longo do ano, podemos chamar a população de acordo com os acontecimentos, mas vamos priorizar a campanha pela internet para conscientizar sobre o voto e desestimular o político profissional”, explica Montezuma. A pauta do ano passado do movimento continuará valendo neste: aprovação da constitucionalidade da Ficha Limpa, voto aberto no Legislativo e defesa do CNJ.

A coordenadora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Jovita Rosa, acredita que, apesar das facilidades da internet, o ano ainda será propício para mais marchas nas ruas. “Agora a população acordou para a necessidade de se fazer algo contra os desmandos políticos. Não há mais tolerância e isso tem acontecido no país todo. Acho que mais pessoas irão à rua em nome da causa”, afirma. O MCCE foi responsável pela reunião das assinaturas que garantiram a apresentação do projeto da Lei da Ficha Limpa no Congresso.

Agora, o MCCE quer centrar fogo na reforma política. “É um tema que precisa ser debatido, o sistema está errado. Mas não podemos ficar esperando a boa vontade dos parlamentares. Ela tem que acontecer por iniciativa popular”, explica Jovita.

Pão e circo

As organizações estão focadas nos trabalhos da I Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial). O evento, capitaneado pela Controladoria-Geral da União (CGU), será realizado entre 18 e 20 de maio. Os grupos querem a implementação de todas as propostas que serão aprovadas este ano. “Onde há transparência, a corrupção é abafada”, diz Jovita.

Ela cita como exemplo da necessidade de vigilância o resultado de um levantamento feito pelo movimento “Adote um Distrital”, braço do MCCE em Brasília, sobre as emendas apresentadas em 2011 na Câmara Legislativa do Distrito Federal. A maioria delas foi destinada à área cultural. “Mas não podemos nos enganar com esses dados. Não é um índice bom, porque quando se analisa o que foi feito com o dinheiro, percebe-se que quase tudo foi destinado a festas. Ou seja, ainda é a política do pão e circo”, afirma Jovita.

O ano também deve ser proveitoso para a ampliação da rede Amarribo, que hoje conta com 209 entidades parceiras. A meta é chegar a 280 até o fim do ano. A entidade ainda quer aproveitar o bom momento de

discussão sobre transparência e combate à corrupção para realizar eventos no país todo que vão além das marchas. “Queremos fazer congressos e shows que sirvam para educar as pessoas para essas pautas tão importantes. Queremos aproximar quem ainda não faz parte de nenhuma organização”, conta Sanchez.

**Fonte: MARIANA HAUBERT – CONGRESSO EM FOCO*

CNJ vai manter investigação sobre pagamentos a desembargadores

Corregedoria não vai frear apurações, apesar de investigação interna do próprio tribunal

A decisão do novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, de apurar supostos pagamentos antecipados a um pequeno grupo de desembargadores não deve interferir na investigação iniciada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Todos os dados da folha de pagamentos do TJ já foram repassados para a Corregedoria Nacional de Justiça. A apuração interna aberta prometida por Sartori correrá paralelamente à investigação comandada pela corregedora Nacional, ministra Eliana Calmon.

Veja também:

[Presidente do TJ promete apurar bens e verbas de colegas da corte](#)

[Em apoio ao CNJ, 5 magistrados abrem dados bancários a corregedores](#)

A investigação do CNJ, que desencadeou a crise no Judiciário, só estará prejudicada se o Supremo Tribunal Federal (STF) entender que houve violação do sigilo fiscal de magistrados durante a investigação feita pela ministra Eliana Calmon ou se limitar a atuação do Conselho a revisar processos abertos pelas corregedorias dos tribunais locais.

Neste último caso, o STF poderia pronunciar que o CNJ não poderia ter aberto por conta própria essa investigação. Mas isso só será decidido quando o Supremo voltar do recesso, no início de fevereiro. Conforme informações preliminares, 17 desembargadores receberam de uma só vez aproximadamente R\$ 1 milhão referente ao pagamento atrasado de auxílio-moradia. Os demais desembargadores, ao contrário, recebem parceladamente o benefício.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, viu com certa desconfiança o anúncio do presidente do TJ. Na sua avaliação, uma investigação como essa poderia servir apenas de satisfação para a opinião pública sem que as irregularidades fossem apuradas. "Vamos dar um voto de confiança, mas o histórico das corregedorias dos tribunais mostra que algumas investigações são para inglês ver", afirmou.

Representantes das entidades de classe não viram como novidade a decisão do presidente de apurar possíveis irregularidades na folha de pagamento do tribunal. Ao contrário, o vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Paulo Schmidt, afirmou que a apuração interna deve ser corriqueira. "Para nós, esse tipo de apuração não é nenhuma novidade, porque as contas da Justiça do Trabalho são todas abertas", disse.

O presidente da Associação dos Juízes Federais (Ajufe), Gabriel Wedy, afirmou que a decisão do desembargador Ivan Sartori simplesmente cumpre um dever de todo o administrador público. "Todos os órgãos da administração pública, seja do Executivo, Legislativo ou Judiciário devem fiscalizar constantemente seus próprios atos", avaliou. "Quanto maior transparência, melhor para o país", acrescentou.

No entendimento do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, a decisão do novo presidente do TJ não denota que as administrações anteriores foram coniventes com pagamentos irregulares. "O ex-presidente (José Roberto Bedran) deveria entender que não havia fato concreto para fazer uma investigação", afirmou. "Se o presidente (Ivan Sartori) tem alguma dúvida, nada obsta que ele busque se assenhorear desses dados", acrescentou.

**Fonte: O ESTADO DE S. PAULO*

Reitores se dividem sobre empresa de gestão dos hospitais universitários

Estatuto publicado perto do Ano Novo ainda gera dúvidas sobre autonomia e não há consenso sobre ganhos para instituições

Os longos debates durante o ano de 2011 foram insuficientes para que os reitores das universidades federais aprovassem o novo modelo de gestão dos hospitais universitários proposto pelo governo. A administração dessas unidades que servem de base para o ensino, a pesquisa e a extensão dos estudantes da área de saúde será unificada por uma empresa pública, a [Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares \(Ebserh\)](#).

O estatuto da empresa foi publicado às vésperas do Ano Novo, no dia 29 de dezembro. O documento não esclarece todas as dúvidas dos gestores das instituições federais e dos [hospitais universitários](#). Por isso, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) decidiu não oficializar opinião sobre a empresa. Cada reitor tomará a decisão de fazer parte da empresa ou não sem o aval da associação.

Consenso entre os reitores é que o governo precisava arrumar soluções para dois graves problemas enfrentados pelos hospitais de ensino nos últimos anos: a falta de recursos financeiros e de pessoal qualificado nos quadros permanentes das unidades. Desde o ano passado, [a quantidade de recursos](#) destinados aos hospitais aumentou. As políticas dedicadas a isso ganharam aprovação dos reitores.

A empresa pretende agora solucionar a segunda parte das dificuldades. O déficit de profissionais de saúde nos 46 hospitais universitários do Brasil chega a 26 mil servidores. Sem a realização de concursos públicos para reposição, as fundações de apoio das universidades foram usadas para contratar esses profissionais, de forma ilegal segundo o Tribunal de Contas da União (TCU).

De acordo com o projeto aprovado no Congresso Nacional, a Ebserh será contratada pelas universidades que assim o quiserem – elas terão a liberdade de escolherem entregar a administração dos hospitais à empresa ou não – para administrar os recursos e contratar profissionais das unidades hospitalares de ensino. Os conselhos universitários de cada instituição precisam aprovar os convênios.

Os novos servidores serão contratados por regime trabalhista de empresa privada. A proposta pretende agilizar a troca de funcionários, quando necessário, oferecer salários mais competitivos e estabelecer metas de qualidade de serviço aos profissionais. Inicialmente, os funcionários terceirizados poderão ser aproveitados. Serão realizados processos de seleção simplificados, com base na análise de currículos.

Autonomia universitária

As dúvidas de reitores e representantes sindicais é que como fica a autonomia das instituições agora. Para Edward Madureira Brasil, reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), as universidades não podem perder o controle das atividades acadêmicas, de pesquisa e de extensão com a contratação da Ebserh.

“A discussão ainda é precoce, porque a empresa não foi oficialmente criada ainda, há dúvidas sobre como os contratos serão celebrados. Não estamos rejeitando ou aceitando de forma passiva a proposta. Precisávamos de uma solução para os hospitais, mas não vamos abrir mão do princípio da autonomia universitária”, afirma. Ele acredita que as instituições terão de promover debates nos conselhos superiores ainda no primeiro semestre do ano sobre o tema.

Natalino Salgado Filho, médico e reitor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), defende a proposta. Ele diz que o texto final garante que não haverá interferência da empresa na área acadêmica, mesmo com a Ebserh ficando responsável pela gestão dos recursos. “As decisões de como empregá-los serão tomadas de acordo com as orientações das universidades e os contratos vão definir as regras da gestão”, garante.

Presidente da Comissão dos Hospitais Federais de Ensino da Andifes, Filho acredita que as críticas ao projeto são naturais. “A minha avaliação é a de que os hospitais vão ter os quadros completos de pessoal e vão reativar 1,5 mil leitos necessários à sociedade”, afirma. O estatuto da empresa diz que todos os recursos para os hospitais terão de vir do Sistema Único de Saúde (SUS). O capital social da empresa será de R\$ 5 milhões.

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra) é “radicalmente contra” a criação da empresa, segundo Rolando Rubens Malvásio Junior, coordenador geral da Fasubra. “A empresa não resolve os problemas dos hospitais e interfere na autonomia e no ensino”, opina. Malvásio Junior critica o tipo de contratação dos novos funcionários – por regime de CLT – e afirma que o importante era garantir mais recursos aos hospitais. “Nosso último campo de batalha agora será dentro das universidades”, diz.

A Andifes terá um representante no Conselho de Administração da Ebserh. No Conselho Consultivo, haverá representantes dos usuários dos serviços de saúde dos hospitais universitários, dos residentes, da Andifes e dos trabalhadores dos hospitais administrados pela empresa.

Leia também

[*Para Haddad, hospitais universitários não têm “controle social”*](#)

[*Aprovada empresa para centralizar hospitais universitários*](#)

[*Direção do Hospital Universitário da UnB pede demissão coletiva*](#)

[*Câmara aprova empresa para administrar hospitais universitários*](#)

[*Hospitais Universitários receberão R\\$ 400 milhões até outubro*](#)

**Fonte: IG BRASÍLIA*

Lentidão processual lidera ranking de reclamações do CNJ

Decisões judiciais foram o segundo assunto mais recorrente abordado pelas pessoas que procuraram a ouvidoria do conselho, conforme levantamento

A lentidão processual é o maior problema registrado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no último trimestre de 2011. A chamada "morosidade" ocupa o primeiro lugar na classificação dos temas mais recorrentes abordados pelos cidadãos sobre o Judiciário na ouvidoria do conselho, com 1.429 manifestações. Dessas, 1.315 são reclamações. Em relação ao tema, o balanço mostra que o CNJ registrou também 34 denúncias, 34 pedidos de informações e 46 solicitações.

Decisões judiciais foram o segundo assunto mais recorrente abordado pelas pessoas que procuraram a ouvidoria, conforme mostra o levantamento (255 registros). No total, foram 211 reclamações.

O terceiro tema com mais manifestações, entre outubro e dezembro, foi a atuação dos magistrados (228) - 166 reclamações.

A atuação do CNJ aparece em quarto lugar entre os assuntos mais recorrentes, com 190 manifestações nos últimos três meses. Grande parte das manifestações são elogios: 180 do total.

A maior parte das manifestações foi feita por servidores públicos (903). Em seguida, por advogados (817), aposentados (479), empregados da iniciativa privada (357), estudantes (327) e desempregados (318). O balanço aponta que foram registradas, ainda, 60 demandas feitas por presidiários.

A ouvidoria do conselho recebeu, de outubro a dezembro de 2011, 4.622 manifestações, tendo sido 1.722 destas em outubro, 1.929 em novembro e 971 em dezembro (até o dia 18/12).

**Fonte: AGÊNCIA O GLOBO*

Assédio moral, demissões e lucros recordes marcaram ano dos bancos

No primeiro semestre do ano (2011) foram registradas 103 denúncias de assédio moral sofrido por bancários de todo o país. De acordo com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), as queixas foram feitas aos sindicatos e canais internos de cada banco.

Em apenas 23 das situações investigadas os bancos reconhecem que houve violência psicológica contra os funcionários.

Este primeiro levantamento é resultado do acordo coletivo para prevenção de conflitos no ambiente de trabalho. O documento foi assinado em janeiro de 2011 pelas representações sindicais e instituições financeiras.

As demissões também têm preocupado os trabalhadores do setor bancário. O Itaú Unibanco, por exemplo, fechou 4.202 postos de trabalho entre março de 2010 e setembro de 2011.

Para os sindicatos, que realizaram protestos durante esta semana, os desligamentos são injustificáveis, pois o banco é considerado o "campeão" nos lucros.

Nos nove primeiros meses de 2011, a instituição acumulou ganhos de R\$ 11 bilhões, crescimento de 16% em relação ao mesmo período de 2010.

A soma dos lucros dos maiores bancos em atuação no Brasil passou de R\$ 60 bilhões, somente no primeiro semestre deste ano. Após uma greve de três semanas, encerrada em 17 de outubro, os bancários garantiram reajuste salarial com aumento real de 1,5%.

**Fonte: RADIOAGÊNCIA NP*

Saiba mais

[*Evasão de defensores dificulta estruturação de Defensorias Públicas*](#)

[*Novo líder do TJ-SP defende 2 meses de férias da classe*](#)

[*Magistrados do Rio abrem mão do sigilo para apoiar CNJ*](#)

Com informações do clipping do Sindprevs/PR

FENASPS